 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 026. Ciganos: exercício de comparação etnográfica

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB) - Coordenador/a, Mirian Alves de Souza (UFF) - Coordenador/a, Felipe Berocan Veiga (UFF e LeMetro/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a A reflex?o sobre o universo tem?tico da identidade reivindicada face o acesso ?s pol?ticas p?blicas tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discuss?es no ?mbito local e mantivemos a tem?tica na forma de GTs, tanto nas Reuni?es de Antrop?logos do Norte-Nordeste como nas Reuni?es Brasileiras de Antropologia. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produ??o etnogr?fica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de constru?es identit?rias; propondo uma reflex?o sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cen?rios pol?ticos; e problematizando como os projetos pol?ticos das organiza?es ciganas s?o moldados pelas imagina?es ?tnicas e nacionalistas que circulam nas diferentes comunidades, o grupo pretende criar um campo de interlocu??o, especialmente no Brasil, contribuindo para o in?cio de uma pesquisa comparativa ainda inexistente. Tamb?m indagamos sobre o papel da produ??o antropol?gica na media??o entre esses grupos e as esferas p?blicas. Embora os registros etnogr?ficos venham ganhando terreno nos ?ltimos anos, aos pesquisadores se imp?e muitas vezes a quest?o de como mediar ?s rela?es entre os sujeitos estudados e o Estado. Este GT busca discutir os dilemas dessas posi?es para que se desenvolvam an?lises propriamente Calon/Rom da cultura.

Projeto do novo Edifício São Pedro - Uma nova dimensão de preservação na Cidade da Fortaleza?

Autoria: Marcelo Mota Capasso

Esta contribuição faz parte de pesquisa em desenvolvimento no âmbito da Geografia Urbana e Patrimônio Cultural, com ênfase nos aspectos que orientam as decisões em planejamento urbano e suas implicações na preservação dos monumentos históricos e suas paisagens envoltórias. Alguns casos na cidade de Fortaleza-CE, chamam a atenção pelo discurso patrimonializante associado aos interesses do mercado imobiliário. Apesar da inclusão de novos bens imóveis e criação de um zoneamento urbano especial de patrimônio cultural edificado para a cidade, no fim dos anos 2000, a política municipal de preservação entrou em estancamento, aparentemente injustificado, encontrando o discurso patrimonial pouco lugar na mídia formal. O avanço da inserção da cidade no capital financeiro imobiliário internacional, alavancado pela indústria do turismo, influiu na recente alteração da legislação urbanística, aumentando-se o direito de construir em mais de 20% do município. É emblemático o caso do Edifício São Pedro, de arquitetura histórica, na Praia de Iracema. Tombado, já há alguns anos, pelo conselho local de patrimônio cultural, o COMPHIC, até hoje a medida não encontrou respaldo em decreto do prefeito. A negociação entre poder público, representantes da sociedade civil e proprietários levou à apresentação de um projeto de ?recuperação?, cuja realização se justificaria economicamente apenas com a implantação de uma nova torre envidraçada por sobre o edifício São Pedro, e cuja possibilidade construtiva apenas se efetivaria com a sua destruição material (quase) total, substituído por um simulacro. Em uma cidade onde a manutenção dos ícones memoriais urbanos (sociotransmissores) encontra pouca representação entre movimentos sociais, reféns de necessidades emergenciais de moradia, pela titulação da posse e enfrentamento do trator imobiliário, é importante notar como o discurso da preservação do São Pedro se converte em oportunidade imobiliário para seus incorporadores. Serão dadas quase três vezes o direito de construir permitido em lei, forma simbólica de compensação àquele proprietário ?amaldiçoado? pelo tombamento, atropelando todo o marco jurídico-urbanístico que rege a preservação do edifício e seu entorno, seja o Decreto Federal 25/1937 ou o Plano

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Diretor da cidade. A não inclusão do edifício no zoneamento especial de patrimônio histórico reflete a estratégia (Certeau) concertada em torno da justificativa, de visão totalizante, que inclui um ?novo? São Pedro no ?novo? espaço planejado da frente marítima, junto com uma roda gigante, um aquário público e uma operação consorciada imobiliária entre a Praia Formosa e a Praia de Iracema, sem ainda oferecer destino à comunidade do Poço da Draga, ocupação residencial remanescente entre a praia e a cidade formal.
Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**